

ASSESSORIA TÉCNICA E PRÁTICAS CONSTRUTIVAS DE UM PARQUINHO: PROCESSOS COLETIVOS NA FEITURA DO BRINCAR.

TECHNICAL ADVISORY AND CONSTRUCTIVE PRACTICES OF A PLAYGROUND: COLLECTIVE PROCESSES IN THE MAKING OF PLAY.

FERREIRA, VICTOR; DIAS, KEYLANE; HERMSDORF, JULIANA.

RESUMO

Temos como objetivo deste artigo apresentar, de forma descritiva e reflexiva, os processos, atividades e desdobramentos relacionados a parte da nossa atuação enquanto grupo de Assessoria Técnica de Arquitetura, Urbanismo e Planejamento, junto à Ocupação Quilombo Guerreira Dandara. A ocupação está vinculada ao Movimento Sem Teto da Bahia - MSTB e fica localizada no bairro de Cassange em Salvador, Bahia, distante da infraestrutura urbana e dos centros de serviços especializados. Neste artigo, iremos apresentar um olhar focado para um processo participativo e formativo de construção de um parquinho infantil construído com materiais pouco convencionais na construção civil, como por exemplo pneus e bambu. O projeto foi desenvolvido de forma coletiva com os moradores da Ocupação em formato de oficinas para o desenvolvimento do projeto, aulas formativas e dois dias de mutirão para a experimentação com materiais e execução dos brinquedos. A intenção dessa construção com as crianças marcou o início da parceria do grupo de assessores e os moradores do Quilombo. O percurso descrito neste trabalho pretende, também, ilustrar uma experiência de atuação de uma assessoria técnica através da extensão na pós-graduação no Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade (Residência AU+E/UFBA), da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), atravessada pelo período de pandemia de covid-19.

Palavras-chave: Assessoria Técnica. Processo Participativo. Parquinho Infantil.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present, in a descriptive and reflective way, the processes, activities and developments related to a part of our work as a Technical Advisory Group for Architecture, Urbanism and Planning, with the occupation Quilombo Guerreira Dandara. The occupation is linked to the Movimento Sem Teto da Bahia - MSTB and is located in Cassange, Salvador, Bahia, far from urban infrastructure and specialized service centers. In this article, we will present a focus at a participatory and formative process of building a children's playground built with unconventional materials in civil construction, such as tires and bamboo. The project was developed collectively with the residents of the occupation in the form of workshops for the development of the project, training classes and two days of collective effort to experiment with the materials and build toys. The intention of this construction with the children marked the beginning of the partnership between the group of advisors and the residents of Quilombo. The path described in this work also intends to illustrate an experience of acting of a technical consultancy through the extension in the postgraduate in the Specialization Course in Technical Assistance, Housing and Right to the City (Residence AU+E/UFBA), of the Faculty of Architecture of Federal University of Bahia (FAUFBA), crossed by the covid-19 pandemic period.

Key-words: Technical Advisory. Participatory Process. Children's Playground.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido no contexto da 4ª edição da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia - Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade (Residência AU+E/UFBA), da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA). Através desse meio, construímos uma atuação prática nos termos da lei 11.888 de 24 de dezembro de 2008, que versa sobre Assistência Técnica Pública e Gratuita para projeto e construção de Habitação de Interesse Social. Entendemos que a interpretação da lei ultrapassa as fronteiras do projeto arquitetônico em si, conectando o universo do social aliado ao conhecimento técnico frente à superação dos desafios que se apresentam atualmente em nossas cidades, de forma resiliente e propositiva.

Essa edição da Residência se iniciou em março de 2020, mesma época em que a pandemia de Covid-19 impactou intensamente a população de Salvador, conforme já acontecia em outras cidades do Brasil e do mundo. Enquanto sociedade ainda estamos dimensionando os impactos, tanto na vida, quanto na organização social que a pandemia gerou. No Brasil, as recomendações de isolamento doméstico e higienização ocorrem junto com o desemprego, o subemprego, a ausência de moradia, de abastecimento de água e de saneamento básico para grandes parcelas da população. Consequências essas que assolam ainda mais estas populações em vulnerabilidade sócio-espacial, como nas comunidades assessoradas pelos residentes da RAU+E.

O trabalho em campo de nossa equipe, iniciado em meados de 2021, atravessou todas as dificuldades e perigos do contexto pandêmico, no entanto, tomando cuidados e precauções para não expor nenhum envolvido a grandes riscos. Por isso adotamos, em decisão conjunta com os assessorados, um formato de atuação híbrido: virtual e presencial. A postura de assumir o trabalho de campo como indispensável a esta formação em assessoria técnica foi uma decisão consciente e coletiva entre nós, autores deste trabalho, os orientadores, lideranças e moradores da ocupação Quilombo Guerreira Dandara, onde o trabalho se desenvolve.

A ocupação Quilombo Guerreira Dandara está vinculada ao MSTB e fica localizada no bairro Cassange, em Salvador/BA (Figura 1). A região compreende a divisa da cidade de Salvador/BA com os municípios de Lauro de Freitas e Simões Filho, distante da infraestrutura urbana e dos centros de serviços especializados. O nosso trabalho foi construído com intensa articulação com Solange

Santos (liderança e moradora da ocupação) e com Juliana Santos (Liderança do MSTB), além dos demais moradores da ocupação que participaram ativamente em todo o processo, e com isso construíram conjuntamente conosco os rumos e resultados deste trabalho.

A busca de uma assessoria para construção coletiva de um parquinho na ocupação Quilombo Guerreira Dandara foi o tema central colocado por Sol desde os primeiros contatos com o nosso grupo de assessoria. No entanto, o planejamento geral das atividades que se realizaram no território, por contemplarem também outros grupos parceiros da ocupação, acabou por posicionar as atividades restritas à construção do parquinho estrategicamente como as últimas atividades programadas para o ano de 2021 e primeiro semestre de 2022. O que precedeu certamente influenciou diretamente na direção dada às atividades de planejamento do parquinho, tanto por uma maior afinidade e confiança entre assessores e moradores, como também por uma certeza maior de que o parquinho era um desejo coletivo, dado que foi tema recorrente nos encontros e conversas.



Figura 1 - Fotografia aérea da ocupação.

Fonte: Danilo Sena, 2021.

1 Esse auxílio de valor fixo foi repassado a todos os grupos da quarta edição da Residência, no início dos trabalhos em campo, com o objetivo de amparar gastos de consumo de cada assessoria.

DESENHANDO UM PARQUINHO

Inicialmente, para a construção do parquinho, tivemos como responsabilidade a organização dos processos de projeto e construção, ambos pensados para serem realizados coletivamente, no entanto, com recurso de apenas R\$150,00 disponíveis para con-

sumo. Logo, um fator que se mostrou determinante desde o início foi a necessidade de realizar parcerias com outros agentes, assim como estratégias de arrecadação, ambos com a finalidade de complementar os recursos.

Além do recurso disponível, outras condições dadas desde o início das atividades voltadas ao projeto e planejamento também direcionaram as ações. Como, por exemplo, a área destinada ao projeto (aproximadamente 50m²), o próprio uso (parquinho infantil), e o interesse no processo formativo para moradores de outras ocupações do MSTB, que pensamos ser uma abordagem possível em formato de mutirão. Esses foram pontos determinantes para organização das atividades, análise de viabilidade e orçamento do parquinho.

Considerando essas condições, optamos por pesquisar as possibilidades de construir brinquedos utilizando materiais pouco convencionais na construção civil, como por exemplo pneus e bambu. Sendo assim, não realizamos uma estimativa de custos, por não termos acesso a um horizonte de projetos similares para comparação. O primeiro passo para organizar a gestão desse processo foi elaborar um calendário para compreender o tempo disponível e poder dialogar com os moradores acerca das datas, tentando assegurar que não fosse um processo desgastante, mas preciso. Três datas de 2021 foram elencadas, 24 de outubro para atividade 1, 07 de novembro para atividade 2, e o mutirão aproximadamente um mês depois do segundo encontro.

CONHECENDO OS BRINQUEDOS E APRENDENDO A CONSTRUIR

As atividades preliminares ao mutirão focaram em buscar referências de brinquedos de baixo custo e fácil execução para que fosse possível reproduzi-los. Na atividade 1, a qual nomeamos 'Conhecendo os brinquedos e aprendendo a construir', o objetivo era conhecer uma boa quantidade de brinquedos e simular a sua construção através de maquetes. Os materiais utilizados para esse exercício de grupo foram: fotografias de brinquedos construídos com materiais de baixo custo, palito de churrasco (bambus), EVAs cortados em círculos (pneus), fita adesiva e barbante.

Em um primeiro momento, foram dispostas em uma mesa as fotografias de brinquedos e chamamos os adultos e as crianças para escolherem quais brinquedos eles mais gostavam (Figura 2). Logo surgiram argumentos interessantes (dos moradores) para validar ou não a escolha uns dos outros, adultos e crianças. Avaliaram a durabilidade do material quando exposto diretamente ao

sol e à chuva, a dificuldade de execução e a segurança. Alguns moradores chegaram inclusive a nos levar para o terreno onde o parquinho seria construído para explicar melhor as suas ideias, com base no que estava sendo proposto.



Figura 2 - Atividades de planejamento do parquinho.

Fonte: Acervo coletivo do grupo (Ocupação Quilombo Guerreira Dandara, 2021)

Em seguida, foram feitas maquetes com as crianças da ocupação, para uma melhor visualização e também para melhor compreensão estrutural de cada brinquedo. Cada criança se empenhou em construir, com os materiais disponíveis, os brinquedos que desejavam que estivessem no parquinho. Nossa ideia inicial era a construção das maquetes em escala, mas essa premissa acabou tornando o processo difícil e demorado naquele momento. Por isso, optamos por seguir apenas orientando as proporções. Depois das maquetes prontas e as fotografias selecionadas, decidimos juntos quais brinquedos seriam construídos.

RELAÇÃO ENTRE BRINQUEDOS E ESPAÇO

A segunda atividade, ocorrida quinze dias após a primeira, teve como objetivo entender a espacialidade do parquinho como um todo. Com os brinquedos selecionados na atividade anterior, dimensionamos suas respectivas áreas e desenhamos seus gabaritos na escala de 1/100 para determinar, em conjunto com os moradores, com um mapa impresso na mesma escala, a posição de cada brinquedo na área do parquinho (Figura 3). Seguindo a mesma lógica que utilizamos para a produção de cartografias sociais em atividades anteriores ao processo do parquinho, nós mostramos primeiro uma fotografia aérea com o trecho recortado da

área de projeto, para que se familiarizassem com a vista aérea e em seguida uma planta com a base que desenvolvemos em CAD.



Figura 3 - Atividades de planejamento do parquinho 07/11.
Fonte: Acervo coletivo do grupo (Ocupação Quilombo Guerreira Dandara, 2021).

Por cima da planta aparência mais técnica, nós participamos do processo de dispor os gabaritos dos brinquedos no terreno, enquanto os moradores definiram a posição de cada brinquedo. Assim, geramos a planta que pode ser observada na Figura 4:



Figura 4 - Planta Esquemática Parquinho.
Fonte: Acervo coletivo do grupo (2021).

Desse modo pudemos montar um quadro com as quantidades detalhadas de cada estrutura e somamos todas elas, gerando uma lista de materiais e equipamentos para a execução do parquinho (Figura 5). Dessa lista, executamos um processo que mais se aproxima de um Orçamento Analítico que, no nosso caso, ocorreu de forma bastante simplificada, considerando ser a mão de obra por mutirão, a preferência por materiais doados e ferramentas emprestadas buscando parcerias com outros grupos e empresas, além de também não considerarmos gastos indiretos.

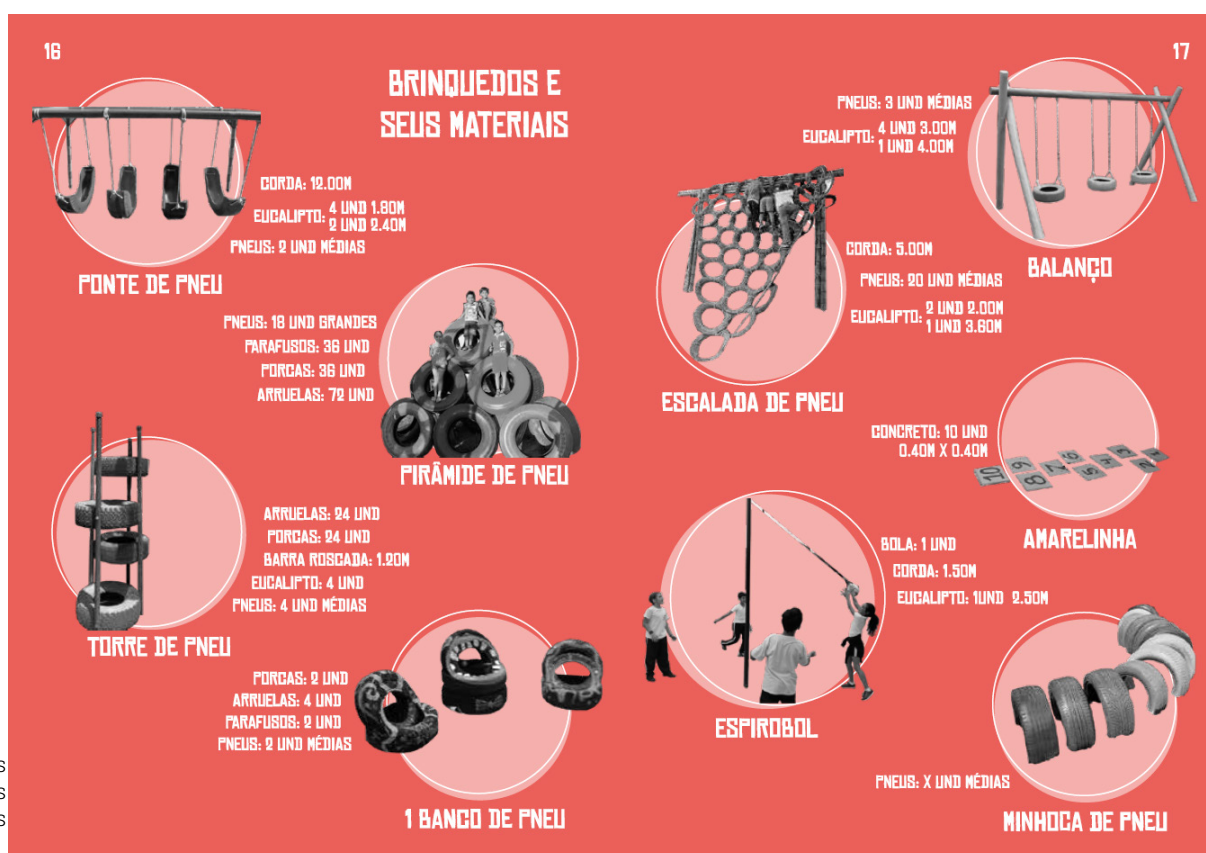


Figura 5 - Brinquedos selecionados e seus respectivos materiais descritos.

Fonte: Acervo coletivo do grupo (2021).

CONTRATEMPOS, RISCOS E POTENCIALIDADES

A partir daqui iremos discorrer sobre uma série de acontecimentos que à primeira vista foram infortúnios, mas mesmo assim vemos a necessidade de destacá-los como não impróprios ao processo de Assessoria Técnica. Entendemos que trabalhar em territórios em vulnerabilidade sócio-espacial, ou melhor, trabalhar em qualquer cenário com pessoas, sobretudo em situações adversas, é entender que o processo não acontecerá exatamente como o desenhado. Isso é parte do trabalho da Assessoria e sobre sermos profissionais mediadores de um trabalho coletivo e contra-hegemônico, em que dar 'errado' é processo. Ou seja, é entender sobre resiliência coletiva, aprender com erros e obstáculos e ter o famoso 'jogo de cintura' para fazer o trabalho acontecer.

1. Organização do mutirão

Após o desenvolvimento das atividades 1 e 2, nós começamos a articular a execução do projeto do parquinho. Inicialmente foram feitos contatos com empresas e grupos parceiros para doação de material. Paralelamente realizamos orçamentos dos insumos para produção dos brinquedos. Dentro desse levantamento, concluímos que a compra desses insumos poderia ser feita através do recurso de R\$150,00 que já tínhamos (considerando que não teríamos gasto com bambu e pneus que seriam os principais materiais do parquinho). De forma semelhante, fizemos um levantamento da lista de ferramentas para compreender se tínhamos acesso a todas que eram necessárias à construção e concluímos que, juntando ferramentas pessoais (assessores e moradores) e ferramentas da marcenaria da Faculdade de Arquitetura, teríamos o que fosse necessário para a construção.

Com possível uso do bambu na área do parquinho, compreendemos que seria pertinente uma atividade de formação sobre o material, para a qual convidamos a professora Akemi Tahara para ministrar. Dada a versatilidade do bambu, acreditamos que seria uma aula interessante para que moradores de Dandara e de outras ocupações do MSTB conhecessem e trocassem experiências sobre o uso da planta nos mais diferentes meios (construção, artesanato, cultivo, etc), além do proposto por nós.

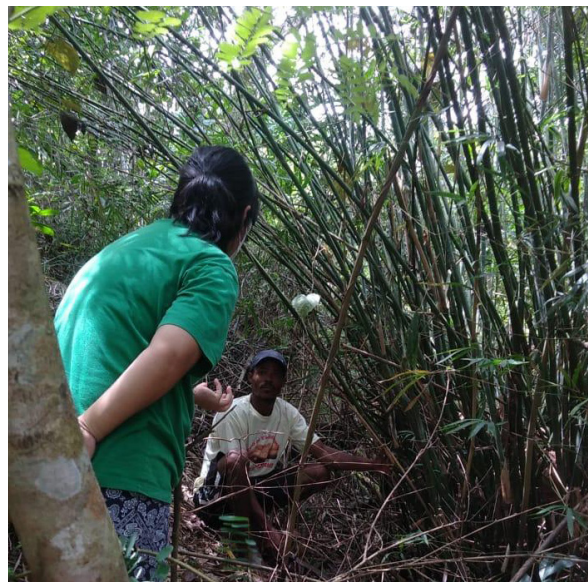


Figura 6 e 7 - Atividades ministrada por Akemi Tahara sobre o manejo do bambu.

Fonte: Acervo coletivo do grupo (Cassange, 2021).

2 Professora concursada na Universidade Federal da Bahia (2013), atua como docente permanente no Colegiado do Curso Noturno da Faculdade de Arquitetura da UFBA e coordena o Grupo Técnico (marcenaria da FAUFBA). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-FAUFBA) e tem se dedicado à pesquisa sobre transferência de tecnologias através do bambu.

Assim, planejamos uma aula formativa e expositiva sobre bambus antes da realização do mutirão (Figuras 6 e 7). Chegando essa data, no entanto, aconteceu um desencontro de comunicação entre parte dos moradores que impediu que a aula ocorresse da forma planejada. Apenas dois moradores conseguiram participar da atividade proposta. Mesmo assim, conseguimos caminhar até

as touceiras, colher bambus e trocar experiências sobre o uso do material. Para que os outros moradores tivessem acesso ao que conversamos fizemos vídeos e imagens que foram compartilhados no grupo de Whatsapp dos moradores da ocupação. Por fim os bambus foram deixados reservados na ocupação para uma segunda oportunidade de realizar a aula, dia 05 de dezembro, como acordado por todos.

Infelizmente, o dia marcado para a aula foi um dia de chuva intensa em Salvador, impossibilitando o acesso à ocupação, que é cercada por ruas não pavimentadas. Aliado a isso, no dia anterior, a querida Dona Jandira (mãe de Sol) havia sido internada no hospital, notícia que só tivemos já a caminho da ocupação. Dadas as circunstâncias e por respeito à dor dos moradores, decidimos por retornar e com pesar encerrar as atividades do ano de 2021 sem um último encontro.

O mês de dezembro trouxe ainda algumas boas notícias. Primeiramente conseguimos uma doação de tintas que haviam sobrado de uma construção, depois, a doação dos eucaliptos pela Venturoli, em quantidade exata para construção de todos os brinquedos que necessitam de uma estrutura mais sólida, doação que substituiria o uso dos bambus por peças de eucalipto.

Como encerramento do ano, de forma coletiva, com a presença de Juliana Santos (liderança do MSTB e principal articuladora do movimento com nosso grupo) e Sol, por meio de plataformas virtuais, nos reunimos para alinhar as ideias quanto à realização do mutirão (que estava previsto, até então, para meados de Dezembro). Essa reunião acabou por ter como foco principal o antigo casarão, situado em Dandara (Figura 8).

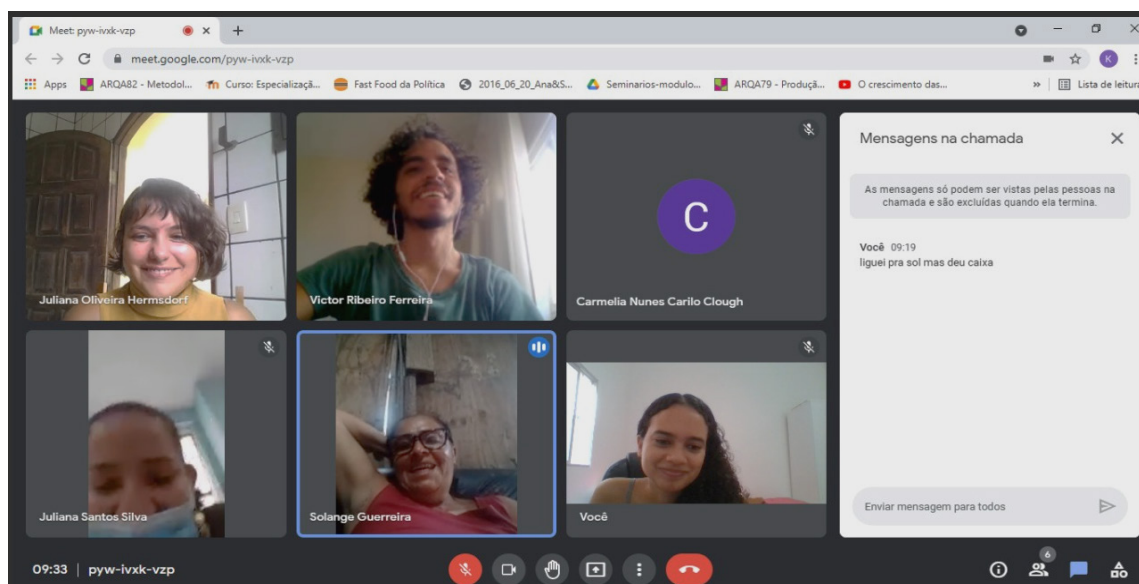


Figura 8 - Reunião online entre membros do grupo e lideranças do movimento).

Fonte: Acervo coletivo do grupo (2021).

2. Demolição do casarão

A organização espacial dos lotes na ocupação se conforma de maneira que o entorno do casarão sempre foi desocupado. Esse espaço que contempla não só a estrutura em ruína mas também seu entorno é idealizado como uma área de convívio e espaços coletivos, ainda que não concretizados mas previstos. Por exemplo a horta, o parquinho, a praça, todos com intenção de serem realizados em torno da ruína além do centro comunitário já existente. O próprio casarão - que foi o primeiro teto dos moradores assim que chegaram ao terreno - no imaginário dos moradores, ocupa um espaço que poderia ser uma escola/creche que envolvesse as crianças da ocupação e do entorno. Ou seja, esse é um espaço central no imaginário do Quilombo e isso torna ainda mais importante o cuidado durante o processo.

Após virada do ano de 2021 para 2022 e muitos dias sem voltar à ocupação, notamos que parte do casarão havia sido demolida pelos próprios moradores, comprometendo ainda mais a parte que continuou erguida. Esse reencontro foi também um momento de realinhar os nossos horizontes com os dos moradores para o ano de 2022. Ao conversar com Sol e com representantes do Quilombo, entendemos que a prioridade no momento era a demolição completa da ruína do casarão. Assim, nossos esforços foram direcionados para essa questão nas semanas seguintes.

Empenhados em pensar nas possibilidades de demolição do casarão, nos organizamos para: avaliar possibilidades técnicas de se fazer uma demolição no contexto estabelecido; orçar o serviço com empresas e profissionais que trabalham no ramo; e pesquisar destinos possíveis para os resíduos provenientes da demolição. Conversando com os moradores estabelecemos que essas seriam nossas contribuições iniciais e que, junto a eles e aos outros grupos que atuam na ocupação, poderíamos também pensar em estratégias para arrecadar recursos que viabilizassem a empreitada.

Durante o processo foi importante não olhar para o entulho estritamente como um resíduo que deveria ser retirado e destinado a outro local, mas olhar para ele como um recurso possível de ser empregado na própria ocupação, na vizinhança, ou em outras ocupações do MSTB. A primeira e mais direta associação foi lembrar do uso do entulho direcionado a execução da Bacia de Evapotranspiração (BET) que construímos em mutirão com os moradores. Na ocasião utilizamos aproximadamente 3m³ de entulho, valor que corresponde a 1,5% dos 200m³ que estimamos

gerar com a demolição da ruína, logo, seria possível executar 66 BETs com as mesmas dimensões da que realizamos.

Além da BET, pesquisamos por outras formas de reaproveitar o entulho e, ao pesquisar mais detalhadamente sobre a destinação dos resíduos, encontramos primeiramente a resolução nacional onde se estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. A resolução CONAMA nº 307 apresenta algumas definições e classificações que nos ajudam a traçar estratégias para destinações possíveis dos Resíduos da Construção Civil (RCC). Primeiro, em seu artigo 3º a resolução apresenta a seguinte divisão por classes:

Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como: tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, argamassa, concreto, tubos, meios-fios

Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros.

Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso.

Classe D - são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros.

A partir dessa divisão é possível reconhecer que a demolição da ruína na ocupação irá formar quase que estritamente resíduos de classe A. Isso porque o antigo casarão já está destelhado, não tem mais esquadrias, sendo composto basicamente pela sua estrutura em concreto armado e algumas paredes em alvenaria. Nesse sentido a resolução indica em seu artigo 10º que:

Os resíduos da construção civil deverão ser destinados das seguintes formas: Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

Logo, segundo a norma, existem dois caminhos possíveis para o RCC, o da reciclagem ou do reúso. Sobre isso, Addis (2006) menciona que:

Apesar da reciclagem se fazer necessária em muitos casos, ainda existem muitas formas de se reutilizar os materiais, ao invés de inseri-lo no início da cadeia produtiva. Tirar os holofotes da reciclagem e colocá-los na coleta de materiais usados e no reúso pode reduzir o reprocessamento envolvi-

do e, por consequência, levar à economia de energia. Alcançar estes objetivos não apenas reduziria a crescente pressão sobre locais de aterro, como também reduziria a extração de novos recursos naturais da Terra, o que reduziria o impacto ambiental dos processos de extração.

Para o caso de Dandara a reciclagem se apresenta como a alternativa menos apropriada justamente por depender do acesso ao maquinário para transformar o resíduo inerte em agregado. Nesses casos poderiam ser produzidos, por exemplo, blocos, mobiliário, calçamentos, tijolos ecológicos, pisos e contrapisos, mourões, argamassas de assentamento. Por outro lado, a alternativa do reuso após a demolição poderia ser apropriada ainda para outros usos, como enchimentos de fundações, aterro de vias e acertos topográficos de terrenos. Adicionando a ressalva que, para acertos topográficos, o ideal é que seja feito apenas com solo, pois entulhos geram degradação do solo e não permitem uma compactação adequada.

Essas possibilidades e considerações foram tratadas com a ocupação coletivamente no dia da banca final apresentada pelo nosso grupo de assessoria no centro comunitário da ocupação. Após essa data, moradores e o movimento ficaram responsáveis de buscar através de suas redes outras formas de viabilizar a demolição. Nós, em conversa com professores e profissionais que trabalham na área, fomos orientados a manter um raio de pelo menos 5 metros da ruína sem nenhum tipo de estrutura construída que se deseje preservar. Esses 5 metros, além de representar uma margem de manobra para o maquinário também, é um espaço que oferece risco de desmoronamento de parte da construção. Essa orientação foi de encontro a opinião que demos aos moradores de não construir o parquinho e mais nada fixo antes de terminar de demolir a ruína. No entanto, a partir dessa informação passamos a considerar uma condição nova, de construir apenas brinquedos que fossem móveis, sendo possível alocar na posição ideal do parquinho após a demolição completa.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UM PARQUINHO POSSÍVEL

Pensar exclusivamente nos brinquedos móveis nos obrigou a voltar aos resultados das primeiras atividades e repensar como poderíamos atuar de maneira que fosse possível contemplar o que foi acordado, adaptando para soluções que permitissem a mobilidade dos objetos. Constatamos novamente a importância de se constituir um espaço formativo, de troca de saberes entre nós e os moradores da ocupação, sobretudo no contexto agora colocado.

Nesse sentido, optamos por fazer quatro dias de mutirão, divididos em dois finais de semana, onde, em cada uma das atividades exploramos uma materialidade e técnicas possíveis de serem utilizadas.

Acerca da materialidade construtiva dos brinquedos móveis, tomamos uma decisão importante de substituir o uso de estruturas em eucalipto - que já havíamos contato para doação - por bambus. Consideramos que o bambu por ser um material mais resiliente responderia melhor para estruturas dos brinquedos móveis. Foi importante para essa decisão já termos realizado um primeiro contato com o manejo do material através da professora Akemi Tahara, já tendo inclusive minimamente mapeado touceiras de bambu no entorno da ocupação. Por outro lado, com o objetivo de manter os brinquedos mais próximos construtivamente do que havíamos definido anteriormente, mantivemos o pneu como um dos principais elementos construtivos.

Tendo o bambu e o pneu como base para construção dos brinquedos, planejamos dois encontros em formato de mutirão para fazer experimentações de um material em cada encontro. No primeiro momento nos debruçamos nas possibilidades da utilização do pneu, essa opção se deu por já ter aproximadamente 40 pneus guardados na ocupação desde que os moradores começaram a juntar. Para esse mutirão, além dos pneus, utilizamos ferramentas como estiletes, furadeira, arco de serra, alicates e chaves de boca. Ferramentas essas que parte eram pessoais - dos moradores e do grupo de assessores - e parte conseguimos emprestadas na marcenaria da faculdade de arquitetura da UFBA. Por fim, também como materiais necessários, fizemos a compra de barras rosca-das com diâmetro de $\frac{3}{4}$ ", porcas e arruelas. Materiais que planejamos usar para conectar os pneus entre si e em outros elementos.

No primeiro dia nos dedicamos a separar os pneus que poderíamos usar, deixando reservados os que apresentavam muitas ferragens expostas. Posteriormente limpamos os pneus e organizamos por tamanho. Antes de anoitecer, tivemos uma conversa coletiva sobre como funciona cada parte do pneu e como podem ser trabalhadas. Enquanto conversamos, usamos pneus de teste para demonstrar o manuseio. Com esses pneus, montamos assentos com encosto, que ficaram servindo ao centro comunitário. Antes de encerrar o primeiro dia, nos reunimos no centro comunitário para uma roda de capoeira, organizada pelos moradores, onde todos puderam jogar e confraternizar.

No dia seguinte, com os pneus organizados e limpos, conversa-

mos sobre que tipo de brinquedo poderíamos montar, partimos do que já havia sido proposto para os brinquedos fixos e buscamos adaptar uma pirâmide de pneu para que fosse possível ser móvel. Nos dividimos basicamente em dois grupos, um para trabalhar com os pneus e outro com a ferragem cortando as barras rosca-das. Quando percebemos que o trabalho fluiu em um bom ritmo iniciamos a montagem de um segundo brinquedo, idealizado na hora, coletivamente, utilizando os pneus que iriam sobrar. Ao finalizar os dois (Figuras 9 e 10), utilizamos a tinta doada para pintar os brinquedos, sabendo que, como característica do material, a tinta aplicada ao pneu não vai durar por muito tempo. No entanto, acreditamos acrescentar um caráter lúdico indispensável para espaços de brincadeira.



Figura 9 e 10 - Primeiro mutirão - Experimentações com pneus.
Fonte: Acervo coletivo do grupo (ocupação Quilombo Guerreira Dandara, 2022).

No segundo encontro planejado, tivemos como foco o trabalho com bambu. Para tanto, os moradores se responsabilizaram de colher um máximo de 20 varas seguindo as recomendações de manejo passadas na atividade realizada pela professora Akemi. Um dos objetivos desse mutirão também era explorar a versatilidade do bambu para despertar ainda mais interesse com o material, e possibilitar a criação de soluções construtivas alternativas às convencionais. Essa perspectiva foi de encontro com o baixo recurso financeiro e optamos por não comprar mais nenhum outro material e apenas utilizar o bambu, tanto como peças estruturais quanto como pregos para suas conexões. Para as ferramentas utilizamos a mesma estratégia do primeiro mutirão, nos limitamos a usar as ferramentas pessoais e algumas emprestadas pela

marcenaria da faculdade de arquitetura que foi suficiente para ter um trabalho fluido durante o encontro. Para essa atividade utilizamos apenas arcos de serra, serrotes de poda, facões e furadeira.

No final da tarde do primeiro dia (um sábado), estávamos todos na ocupação e os bambus já colhidos. Começamos fazendo uma limpeza de cada vara, cortando os ramos e gemas e passando um pano úmido. Com as varas limpas, armamos uma fogueira para queimar cada uma das varas, sendo esse processo fundamental para dar o mínimo de durabilidade para as fibras do bambu, já que não houve condições de fazer um tratamento mais adequado, seja ele por produtos químicos ou por imersão em água. Antes de finalizar o primeiro dia, limpamos novamente a superfície das varas e fizemos uma pequena confraternização perto da mesma fogueira durante a noite.

O segundo dia de trabalho teve como primeira tarefa a divisão das varas para montagem de um brinquedo (Figuras 11 e 12). A estrutura a ser executada foi uma proposta de nós, assessores, aos moradores. Enviamos anteriormente vídeos e fotos de exemplos de 'Pirâmide Integral' que é um projeto de autoria do educador físico Marcelo Martins. Além de ser um projeto relativamente simples, possível de ser montado apenas com pregos de bambu, também é um projeto que em parte já tínhamos experiências anteriores de montá-lo em outros contextos.



Figura 11 e 12 - Segundo mutirão - Experimentações com bambus.

Fonte: Acervo coletivo do grupo (ocupação Quilombo Guerreira Dandara, 2022).

DESENLACES

Ao terminar o segundo dia e deixar a ocupação, recebemos fotos e vídeos dos moradores mostrando outras estruturas, que seguiram sendo montadas adaptando e experimentando possibilidades construtivas com o bambu. Para nós esse foi um retorno positivo, no sentido que demonstra que o processo despertou interesse dos moradores em continuar desenvolvendo as técnicas utilizadas na construção dos brinquedos.

De uma maneira geral, o desenvolvimento das atividades aqui apresentadas, mostram a realidade de muitos trabalhos de assessoria técnica e processos participativos. Essa avaliação interna parte de que, apesar de existir uma legislação que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, a não regulamentação da lei dificulta a atuação nesse campo. Dessa forma, nossa experiência ilustra como os processos, por mais cuidadosos e conectados com os interesses coletivos, esbarram em limitações de acesso a recursos e oportunidades que poderiam existir com a regulamentação da lei 11.888 de 2008.

Ainda assim, consideramos potentes os resultados que foram alcançados ao longo do trabalho. No que tange ao dimensionamento e as atividades de projeto do parquinho com os moradores, conseguimos construir coletivamente, através das ações propostas, uma base suficientemente detalhada para possibilitar o processo de construção. Ao todo foram uma atuação que exigiu resiliência por parte do grupo e principalmente dos moradores, tendo em vista que as prioridades foram se atualizando ao longo do tempo e tivemos que nos adaptar a diferentes contextos para o desenvolvimento do trabalho. Consideramos positivo conseguir utilizar os produtos das atividades para dialogar com agentes externos que colaboraram doando seu tempo, experiência e materiais. Como colocado no início do artigo, o trabalho em torno do parquinho, foi uma das frentes que nossa assessoria atuou ao longo de aproximadamente um ano e meio, construindo redes junto ao movimento e aos moradores da ocupação. Por esse longo tempo de contato constante, pontuamos como importante ter condensando em apenas dois dias de atividades de planejamento e, posteriormente, dois dias de mutirão. Assim, não exigimos demasiado tempo dos moradores que também tem suas programações individuais e muitos só tem o domingo para realizar atividades de lazer. Por outro lado, os adiamentos do mutirão e toda a questão de difícil resolução em torno da demolição do casarão, a princípio, podem indicar um problema no desenvolvimento das ações. Esses foram

momentos cruciais para nós, enquanto assessoria compreendermos nosso papel no contexto e, contribuindo com nossa opinião técnica, somar com o que nos coube para apoiar as decisões estabelecidas. É importante reconhecer nesse lugar a temporalidade específica em cada trabalho de assessoria técnica, seus contextos e acontecimentos locais ao longo do processo apontam para distintas formas possíveis de resolução dos contratemplos. Ter uma leitura adequada e que contribua com o desenvolvimento do trabalho, parte também da relação de confiança estabelecida com os moradores e demais grupos envolvidos. Essa confiança entre as partes se adere e fortalece a luta da ocupação por moradia digna, por acesso à infraestrutura urbana e contra aos racismos que se manifestam de diversas formas no cotidiano de resistência.

Atualmente, seguimos em diálogo com a ocupação auxiliando no que nos cabe tecnicamente com relação tanto a construção de novos brinquedos e a questão da demolição do casarão, quanto à luta da ocupação pela propriedade do terreno e o direito à moradia. Seguimos também atentos às possibilidades de atuação junto ao MSTB através de editais e também conectando a luta da ocupação com outros agentes que, por ventura, possam trazer contribuições, seja através da Universidade, ONGs ou grupos autônomos.

REFERÊNCIAS

ADDIS, Bill. **Reuso de materiais e elementos de construção**. 1ª edição. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

BRASIL. Lei N. 11.888 de 24 de dezembro de 2008. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Assistência Técnica Pública e Gratuita para projeto e construção de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Presidência da República, 2008.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução Número 307**, de 5 de Julho de 2002